

O NOSSO PRIMEIRO FILÓLOGO

*Sílvia Elia**

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de mostrar que o primeiro autor a desenvolver um estudo diacrônico da língua portuguesa foi Duarte Nunes do Lião (1530-1608), o que o configura como nosso primeiro filólogo. Examinando uma de suas principais obras, a **Origem da língoa portugueza**, trazida a lume em 1606, apresentamos aqui o seu arcabouço estrutural em capítulos e comentamos, seletiva e criticamente, algumas das idéias centrais do autor a respeito da evolução fonética e morfológica do português.

O nosso primeiro filólogo é Duarte Nunes do Lião (1530-1608). No capítulo, as suas obras fundamentais são a **Orthografia da língoa portugueza** (1576) e a **Origem da língoa portugueza** (1606). Com esta última é que nos iremos ocupar.

O título do trabalho já nos mostra uma nova perspectiva nos estudos lingüísticos: o seu enfoque histórico. Os trabalhos anteriores são de natureza gramatical, portanto sincrônica: a **Grammatica da língoa portuguesa**, de Fernão d'Oliveira (1536) e a **Grammatica da língoa portuguesa**, de João de Barros (1540).

A obra é dedicada "Ao Invictissimo e Catholico Rei Dom Philippe o II, de Portugal Nosso Senhor", porque, no período, estava Portugal sob o jugo espanhol. Não se conclua dos termos da Dedicatória qualquer aulicismo em relação ao monarca estrangeiro; os livros impressos, para fins de circulação, era de norma que fossem precedidos desse tipo convencional de homenagem. Demais, não é difícil perceber nos escritos de Nunes do Lião a sua fidelidade ao solo nativo.

Enumeremos os capítulos da **Origem**, para que se tenha uma idéia geral do teor do trabalho:¹ I – Da mudança que as línguas fazem por discurso de tempo; II – Da língua que a princípio se falava em Espanha;² III – Como os espanhóis tiveram letras antes que os romanos viessem a Espanha; IV – Da invenção das letras e sua antigüidade; V – Que as línguas cada dia se renovam com novos vocábulos per que

* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Atualizamos a grafia dos títulos dos capítulos, e assim faremos nas demais transcrições.

² *Espanha* aqui tem o sentido de *Hispania*, ou seja, a Península Ibérica.

se deixam ou emendam os antigos; VI – A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem e porque se chama romance; VII – Das muitas maneiras por que se causou a corrupção da língua latina que em Espanha se falava na que se hoje fala; VIII – De alguns vocábulos portugueses tomados dos latinos que, pela corrupção que se deles fez, estão obscuros; do IX ao XV – fazem-se listas dos vocábulos de origem não latina; XVI – Dos vocábulos que os portugueses têm seus nativos, que não tomaram de outras gentes que nós saibamos; XVII – De alguns vocábulos antigos portugueses que se acham em escrituras e sua interpretação; XVIII – De alguns vocábulos que usam os plebeus ou idiotas, que os homens polidos não devem usar; XIX – Como a língua portuguesa com as mais línguas vulgares em algôas cousas é mais curta que a latina; XX – Da cópia da língua portuguesa em derivar de ôa só palavra muitas mais que a dos latinos; XXI – De algôas palavras portuguesas e maneiras de falar, que não podem explicar por outras latinas nem de outra língua; XXII – Porque os portugueses não usurparam tantos vocábulos dos castelhanos como tomam de outras nações mais remotas; XXIII – Porque a língua portuguesa se não toma das outras nações com a facilidade com que os portugueses tomam as outras línguas; XXIV – Que não é falta de bondade da língua portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa como a castelhana; XXV – De que língua tomaram os portugueses os vocábulos de que tiveram falta ou lhes foram necessários para ornamento do que falam ou escrevem; XXVI – Da eleição que devemos fazer dos vocábulos e do exame e circunstância deles.

Desses capítulos alguns tópicos centrais podemos extrair:

- 1 – As línguas como produto da História;
- 2 – Origem e antigüidade da escrita;
- 3 – História externa da língua portuguesa;
- 4 – Primórdios de fonética e morfologia histórica;
- 5 – Incursões etimológicas.

Vejamos um pouco de cada um desses itens.

1 As línguas como produto da História³

Nunes do Lião não cuida da origem da linguagem, nem das línguas, mas já as toma como fatos da História e verifica estarem sujeitas a contínuas mutações. Antecipa-se assim aos estatutos da “Société Linguistique de Paris” (1866), que proscreeva de sua agenda de trabalhos especulações sobre a origem da linguagem. Atribuía também Nunes do Lião as alterações sofridas pela linguagem ao “discurso do tempo”. Era essa a posição de Saussure, que, no *CLG* (1916, p. 270), declara ser “o tempo, causa essencial” da diversidade das línguas. E é o que se lê na *Origem* (p. 195):

³ As transcrições que se seguem são do texto da edição da *Ortografia e origem da língua portuguesa*, de Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

“Assim como em todas cousas humanas há contínua mudança e alteração, assim é também nas linguagens”. E, um pouco abaixo:

Pelo que, em ôa mesma língua vão fazendo-se tantas mudanças de vocábulos que, por discurso do tempo, fica parecendo outra, como verá quem cotejar a linguagem que se hoje fala em Portugal com a que se falava em tempo de el-Rei D. Afonso Henriques, e quem considerar o discurso que a língua latina foi fazendo em diversas idades. (Nunes do Lião, 1906, p. 95)

É verdade que Nunes do Lião fundamentava a maior parte de suas conclusões em bases lexicais; dos XXVI capítulos do seu livro, pode dizer-se que, a partir do VIII, toda comparação tem como referência vocábulos. Não se tinha então idéia clara de que o núcleo específico de uma língua reside em sua estrutura, particularmente a morfológica, e não no léxico. Martinet chama a atenção para o ponto em seus *Éléments de linguistique générale*:

Segundo uma concepção muito ingênua, mas bastante difundida, uma língua seria um repertório de palavras (...) cada uma correspondendo a uma coisa: a um certo animal, o cavalo, far-se-ia corresponder uma produção vocal determinada que a ortografia representa como cavalo; as diferenças entre as línguas reduzir-se-iam a diferenças de designação: para o cavalo, o inglês diria horse e o alemão Pferd; aprender uma segunda língua consistiria simplesmente em reter nova nomenclatura em todos os pontos paralela à primeira. (Martine, 1960, p. 14) (Grifos do autor)

Muita gente (certamente os leigos) ainda pensa assim. Todavia isso não obstou a que suas observações estivessem quase sempre corretas.

2 Origem e antigüidade da escrita

Nunes do Lião começa por salientar a impossibilidade do cometimento, no referente a origem: “A que gente se deva a invenção das letras é questão tratada de muitos e de tempos mui antigos, mas, como sua origem é tão antiga, quase como o mesmo mundo, não há quem com certeza vá dar com ela.” (p. 209)

E Nunes do Lião prossegue, enumerando atribuições provindas de nomes dos mais eminentes de então: Plínio diz que foi invenção dos assírios e babilônios, outros a dão aos hebreus, Diodoro Sículo dá a paternidade aos egípcios, muitos pen- dem para os fenícios, dentre os quais Lucano, que, em *Pharsalia*, III, 224, escreve

*Phoenices primi, famae si creditur, ausi
Mansuram rudibus uocem signare figuris.*

Acrescenta que Josefo, no seu livro contra Apião Alexandrino, diz que, no

tempo de Homero [VIII a.C. ?] as letras ainda não tinham sido inventadas e, na verdade, os seus versos eram declamados por rapsodos. Nunes do Lião ainda recorda outros possíveis inventores das letras: Abraão, que as teria ensinado aos pósteros, Moisés, Mercúrio Egípcio, os netos de Adão... E assim conclui:

Mas, ainda que acerca do tempo e invenção das letras há tanta diferença nos escritores, todos vêm a concordar que os Fenices as trouxeram à Grécia, no tempo que Cadmo, filho de Agenor, buscava sua irmã, a Europa, e edificou a cidade de Tebas em Beócia; e que da Grécia as trouxe a Itália Nicóstrata, etc. (p. 210)

Tomemos agora um livrinho mais recente, **L'écriture**, de Charles Higounet, Coleção “Que Sais-Je?” e pincemos algumas passagens: “Heródoto chamava as letras **Phoinikéia grammatá**, ou seja, escrita fenícia. Os gregos atribuíam a introdução do alfabeto a Cadmo, o legendário fundador de Tebas, que teria trazido dezesseis letras da Fenícia” (1964, p. 63). E, na mesma página, um pouco acima: “A origem fenícia do alfabeto grego não deixa dúvida. A forma primitiva de quase todas as letras gregas, sua ordem e seus nomes contêm um testemunho que está de acordo com a tradição.”

Quanto ao alfabeto latino, seguindo a tradição, os estudos da moderna Filologia o dão como derivado de um alfabeto grego ocidental, recebido pelos romanos através do etrusco.

Como se vê, Nunes do Lião estava certo ao eleger os fenícios como os inventores do alfabeto e ao apontar Cadmo como o seu introdutor na Grécia. Quanto à introdução na Itália por Nicóstrata, a questão é lendária.

3 História externa da língua portuguesa

Em sua **Gramática**, Fernão de Oliveira (p. 40)⁴ refere-se à “antiga nobreza e saber da nossa gente, cuja sempre melhor parte foi Portugal” e acrescenta:

*Nasceu de Noé e de Túbal, diz Beroso, historiador de Babilônia, e Noé edificou em esta terra Noela e Noegla, cidades, e da primeira destas faz Plínio menção aos vinte capítulos do quarto livro da sua **História natural**, pois não menos de Túbal, seu neto, afirma Pompônio Mela que fundou Gibraltar. (p. 40)*

A transcrição do que se segue, um pouco longa, dá bem o sentido de “modernidade” do pensamento de Nunes do Lião, em sua **Origem**:

*O que os mais afirmam é que Túbal foi o primeiro que, depois da confusão das línguas, veio a Espanha, como se nisso não tivessem dúvida. Os castelhanos e alguns portugueses o fazem vir assentar em **Setúbal**, que de seu nome dizem se denominou, movidos da se-*

⁴ Cito pela edição de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

melhança do nome corrupto que neste tempo tem aquela vila. A qual conjetura de semelhança de nomes é pouco urgente para quem sabe que línguas diversíssimas por caso vêm concorrer no sóido em algôas palavras, sendo distantíssimas na significação. Este é muito claro erro, porque **Setúbal** é nome moderno que se deu àquele lugar, corrupto de **Cetóbriga** ou **Cetóbrica**, que antes se chamava, em tempo dos romanos, o lugar fronteiro que agora se chama **Tróia**, povoação ignóbil⁵ de pescadores que tratavam em peixe salgado, em cujas ruínas se hoje vêem as salgadeiras. E a razão do seu nome, como lembra André Resende, nas suas **Antiguidades da Lusitânia**, é que todo o pescado grande que se desfaz em postas se chama **cetum**, e **briga**, entre os espanhóis queria dizer **cidade** ou **povoação**, como se vê em **Talábriga**, **Conímbriga**, **Medábriga**, **Lacóbriga**, ao costume de muitas gentes, que acabam os nomes de suas cidades em o nome geral de cidade, como os alemães, que dizem **Lucemburg**, **Frisburg** e os franceses em **dunum**, como **Lugdunum**, **Ebrodunum**, **Segodunum** e os gregos em **polis**, como **Neapolis**, **Adrianopolis**, **Constantinopolis**, **Tripolis**, daí se disse **Cetobrica** ou **Cetobriga**, que tudo é quase um lugar em que se vende pescado adubado ou de salmoura. (p. 199-200) (Grifos do autor)

Note-se o seguinte: 1º – a prudência com que se deve tratar questões etimológicas (“como se nisso não tivessem dúvida”); 2º – a advertência de que, da semelhança fônica das palavras, com exclusão da significação, não se há de concluir imperativamente um laço histórico com outra mais antiga, mesmo porque, como dizemos hoje, o signo lingüístico é “arbitrário” (cfr., para ficar num só exemplo, e dentro das línguas românicas, o it. *burro* “manteiga” e o ptg. *burro* “animal”); 3º – a necessidade de não se restringir o etimólogo ao mecanismo das leis fonéticas, mas de fazer mergulhar a palavra no ambiente cultural de onde emergiu, o chamado método das “palavras e coisas”.

De salientar ainda, no tocante à etimologia de topônimos, o pertinente e oportuno confronto entre nomes de lugares que, na sua parte final, contêm o termo designativo de “cidade”: *briga*, céltico; *burgo*, germânico; *dunum*, céltico; *pólis*, grego. (Obs.: *dunum* significa propriamente “colina”, “montículo”. Cfr. o ptg. *duna*.)

Vejam agora a etimologia proposta por Nunes do Lião:

Em primeiro lugar, Setúbal não pode provir de Túbal, dado como neto de Noé, pois, como diz Nunes do Lião, Setúbal é nome moderno e, acrescenta, “corrupto de Cetóbriga ou Cetóbrica”. Comparemos agora com o que se lê em Nascen-tes (1952): **Setúbal**: “No local da antiga Cetobrica” simplesmente. José Pedro Machado, em seu **Onomástico etimológico** é mais explícito: “O ponto de partida para o estudo deste nome está no top. latino Caetobriga (...), mas creio essa grafia uma imposição culta, em vez de Cetobriga, tal como esta o era em vez de Setobriga”. Para Machado, a mudança de *Seto* para *Ceto* se deu por influência de Ceto, nome de uma nereida, mas não afasta o radical de *cetus*, cetáceo, animal marinho, tendo em vista a atividade piscatória da região. Portanto tudo converge para o étimo *Cetobriga*, já apontado por Nunes do Lião. A dificuldade, porém, está na aplicação das leis fonéticas

⁵ *Ignóbis*, do lat. *ignobilis*, “não nobre”, “humilde”.

próprias do português. Essa dificuldade Nascentes procura afastar, apelando para a intermediação do árabe, “elemento perturbador, às vezes, das leis fonéticas portuguesas”. Portanto Nunes do Lião dá novamente fundamentação à etimologia científica dos neogramáticos.

Quanto ao período propriamente histórico no respeitante à formação da língua portuguesa, o relato de Nunes do Lião é, na essência, o mesmo que se lê em livros modernos. Dentre os tópicos do cap. II, afirma ele que, a se crer na lendária presença de Túbal em Espanha, a língua de maior antigüidade em Espanha seria a caldaica, conservada até hoje no falar dos vasconços, da Biscaia. Quanto a isso, assim se pronuncia Nunes do Lião:

(...) querer investigar que linguagem falavam os primeiros espanhóis, que foram quase no princípio do mundo, é perder tempo e vir a disparar em cem mil devaneios, pois de palavras que consistem só em som e percussão do ar e são invisíveis não pode haver rastro nem memória senão em escritura, que não temos. (p. 201-202)

E prossegue (procuremos sintetizar): a Espanha vieram muita gente e muitas línguas. Vieram os fenícios, que povoaram a ilha de Cádiz, vieram gregos de diversas províncias, como foram os companheiros de Ulisses que povoou Lisboa, e os companheiros de Baco, que deram nome à Lusitânia, os de Hiacinto, que deram nome a Sagunto, vieram os galos de Marselha, que pelejaram com os iberos, vizinhos do Esbro, mas com quem depois concertaram e trataram casamentos entre si, de que procederam os celtiberos. Mais tarde vieram os cartagineses, cujo império durou muitos anos, até que os romanos chegaram e os lançaram fora de Espanha. A história continua no cap. VI.

Com a vinda dos romanos e expulsão dos cartagineses, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos e reduzir a Espanha em forma de província, até à vinda dos vândalos, alanos, godos e suevos, que sucederam aos romanos e corromperam a língua latina, misturando-a de muitos vocábulos. Mesmo corrupta, essa é a língua que se foi transformando em português, a qual chamamos romance, por ser herança da língua romana. Dessa língua romana plantada pelos romanos em solo ibérico surgiram homens insignes, como foram os Sênecas, Lucano, Marcial, Pompônio Mela, Columela, Sílio Itálico. Infelizmente não puderam os romanos conter a inundação dos bárbaros, como diz Nunes do Lião, corrompendo a língua latina, de modo que, pelo discorrer do tempo, foi esta língua já alterada fazendo diferenças nas províncias de Espanha, segundo as gentes que a vieram habitar.⁶

Depois desta barbária que se introduziu, veio a perdição de toda Espanha, que os mouros assolaram e destruíram, entre os quais ficaram os espanhóis, uns cativos e outros tributários por partidos que de si fizeram, para lhes laurarem as terras como seus ascriptícios e inquilinos. E, vivendo entre eles, corromperam ainda mais a língua, meia gótica e

⁶ Note-se aqui, implícita, a noção de adstrato e, “in nuce”, a de substrato.

meia latina que falavam, tomando outros vocábulos dos mouros, que ainda hoje nos duram. (p. 219)

Afinal seguiu-se a Reconquista, embora Nunes do Lião não use desta palavra. Diz, porém, mui precisamente, que a retomada das terras aos mouros partiu das “reliquias dos cristãos que da destruição dos mouros escaparam nas terras altas de Biscaia, Astúrias e Galiza” (p. 219). O árabe, como se sabe, não conseguiu implantar-se na Península Ibérica; o grande fosso que o separava dos romano-godos era a religião. Os cristãos que viviam sob a dominação árabe, mas que mantinham a sua língua e religião, eram os chamados moçárabes. Um grupo menor de cristãos se arabizaram também na religião, mas conservaram o falar românico: são os **muladis**. Com a expulsão dos árabes, que só se iria completar em 1492, a população remanescente, na expressão pitoresca de Duarte Nunes, manteve “aquela língua gótica”, que era comum a toda Espanha. Cada uma, porém, com as particularidades da sua região. Nunes do Lião chama a atenção em especial para a Catalunha, que, por a ela ter vindo e aí ficado o rei Pepino, de França, adquiriu o falar da região “notável diferença entre ela e língua de Castela”, marcada pelo seu “sabor da língua francesa”. Temos aqui o conhecido debate entre os romanistas quanto à estrutura lingüística do catalão: **dialeto** ibero-românico ou galo-românico? Afinal veio, parece, a conclusão: o catalão é uma língua pirenaica, ou seja, uma **língua-ponte** entre a Ibéria e a Gália. Língua hispânica com sabor francês...

Em relação ao galego, diz Nunes do Lião que as línguas da Galiza e Portugal “ambas eram antigamente ôa mesma” (p. 219). Mas foi a língua de Portugal que se avantajou à da Galiza “por em Portugal haver reis e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza” (p. 219-220). O que equivale a dizer que a Galiza não conseguiu livrar-se da corte de Castela. Depois da fundação do reino de Portugal por D. Afonso Henriques, foram consolidando-se as duas cortes ibéricas. Assim resume o processo Nunes do Lião:

Era a língua portuguesa, na saída daquele cativoiro dos mouros, mui rude e mui curta e falta de palavras e cousas, por o mísero estado em que a terra estivera, o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Pelo que sua meninice foi no tempo de D. Afonso VI, de Castela, e do Conde D. Henrique, até o de el-rei D. Dinis, de Portugal, que teve algôa polícia e foi o primeiro que pôs as leis em ordem e mandou fazer compilação delas e compôs muitas cousas em metro, à imitação dos poetas proençais, como se melhorou a língua castelhana, em tempo de el-rei D. Afonso, o Sábio, seu avô. (p. 220)

E eis como termina Nunes do Lião o breve relato sobre a história da língua portuguesa: “E assim se foram ornando ambas as línguas, portuguesa e castelhana, até à polícia em que agora estão”.

4 Primórdios de fonética e morfologia históricas

Nunes do Lião apresenta aqui uma espécie de primícias da história interna da língua portuguesa, procurando constantes nas alterações sofridas em seu contínuo evoluir. Parte da base latina, “casta e pura”, e atribui o que chama “corrupção” à influência do que hoje denominamos superstratos, no caso ao falar de godos e vândalos, povos germânicos. E foram assim “adulterando os vocábulos e mudando-os em outra forma e significado diferente e introduzindo outros de novo, de suas terras e de outras gentes que consigo trouxeram” (p. 221).

Parte, por conseguinte, Nunes do Lião do latim para o português. Não, porém, do que a Filologia Românica veio a definir como **latim vulgar** (o “sermo vulgaris” em Cícero, o *Vulgärlatein* de Diez) e sim de uma supostamente língua “casta e pura”.

Essa posição de Nunes do Lião era bastante adiantada para a época. Ferreira de Vera, diz-nos Leite de Vasconcelos nos **Opúsculos** (II, p. 873), “no século XVII, suponha que o português tinha sido o idioma dos companheiros de Túbal” (!). E ainda surgiram as vítimas da celtomania. Ouçamos de novo a Leite de Vasconcelos:

O mais acérrimo propugnador da celtomania em Portugal foi o mencionado Antônio Ribeiro dos Santos [1745 – 1839], a quem infelizmente se seguiu o por outro lado tão notável João Pedro Ribeiro nas Dissertações cronológicas e críticas, I, 177, etc. O terceiro mais encarniçado celtómano é o Cardeal Saraiva, com a sua Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina, e a sua Nota sobre as línguas vulgares de hepana. (Vasconcelos, 1880, p. 163, 209 e 873)

Ora, já no séc. XVI⁷ Nunes do Lião havia mostrado e demonstrado que a língua portuguesa é filha da latina. E isso por metodologia que a Lingüística Histórica iria adotar muito mais tarde (séc. XIX); ou seja, pelas correspondências fonéticas e continuidade morfológica. E do seu caráter objetivo tinha perfeita consciência:

Das quais corrupções poremos alguns exemplos per que os leitores saberão muitos segredos desta língua que até aqui não entendiam e a etimologia de muitos vocábulos que lhes abrirá os olhos para investigarem o mais. (p. 221)

Aparece aqui a palavra “corrupção” para denotar o que hoje chamamos alteração fonética, ou, para ficarmos mais “à la page” com o espírito da época, “leis fonéticas”. Todavia a expressão perdurou ainda por longo tempo, e ainda ocorre nas excelentes **Lições de português** de mestre Sousa da Silveira, desde a sua publicação (1923) até a 9ª e última edição, que é a comemorativa do centenário do nascimento do inolvidado filólogo (1983). Todavia o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, o melhor conhecedor da obra de Sousa da Silveira, afirma, na página 10 da edição do Centenário: “A sétima edição – de 1964 – ficou sendo, portanto, a obra em sua feição

⁷ Embora publicada no séc. XVII, a data da **Origem** a torna muito mais próxima do séc. XVI.

definitiva”. E a razão está na página anterior:

Essa reedição se fez em 1964, aproveitando a mesma composição tipográfica da Melhoramentos em São Paulo. Não foi todavia uma simples reprodução da edição anterior, pois além da correção dos erros apontados, fizeram-se vários acréscimos, como tivemos ocasião de mencionar na nota datada de 15 de janeiro.

Fizemos esse breve excursão, tendo em vista crítica recebida pelo Prof. Sousa da Silveira, em que se estranhava a impropriedade científica da supracitada expressão: “corrupção fonética”.

As **Lições** seguiam em suas linhas gerais o programa de Língua Portuguesa vigente na antiga Escola Normal, onde Sousa da Silveira já se distinguia em seu fecundo magistério. Porém, nas palavras introdutórias de “Ao Leitor”, está a seguinte advertência: “Cumpre-me declarar que não concordo com a ordem em que são apresentados os pontos do programa, e muito menos com o enunciado de alguns deles”. Esse “Ao Leitor” foi reproduzido nas edições sucessivas das **Lições**. De toda evidência, Sousa da Silveira não concordava com os termos da referida expressão, mas a aceitara para que o seu texto não entrasse em colisão com o enunciado do programa.

Vejamos agora como Nunes do Lião entrou, precursoramente, no campo da fonética histórica.⁸

1º caso: Corrupção que se comete na terminação das palavras:

A primeira e mais geral corrupção é a de terminação das palavras que se apartaram do soido das latinas, que quase há em todos os vocábulos, porque de sermo dizemos sermão; de seruus, servo; de prudens, prudente; de sanguis, sangue; de similis, simil, desviando-se sempre da terminação que Ihe davam os romanos. (p. 221-222)

Claro que Nunes do Lião não conhecia a doutrina de que as formas neolatinas provinham do acusativo (o caso lexicogênico) e não do nominativo, mas andou próximo, pois viu que o fenômeno era geral (“que quase há em todos os vocábulos”) e só atinge a parte final deles (flexão). Mas não se afastou da base latina, sempre correta.

⁸ A crítica partiu do Prof. Artur de Almeida Torres. Foi publicada em 26 de setembro de 1940, no jornal **O Estado**, de Niterói, com o título “V livro de um filólogo”. Sousa da Silveira respondeu em três artigos vindos a lume no mesmo jornal, o primeiro dos quais com data de 31 de outubro. Almeida Torres replicou com novo artigo, no mesmo local, “Crítica a uma resposta”, no número de 09/11/40. “Todos estes artigos estão reproduzidos no opúsculo que Artur de Almeida Torres denominou **Polêmica com o Prof. Sousa da Silveira** (Niterói, Gráfica Dias Vasconcelos, 1942), e no livro do mesmo autor **Questões Filológicas**”. (Rio de Janeiro, Pongetti, 1943)

Estas palavras foram transcritas do excelente estudo do Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, sobre a vida e a obra do eminente filólogo patricio, intitulada exatamente **Sousa da Silveira**, p. 134. O prof. Maximiano ainda volta ao tema em outras páginas do mesmo trabalho.

2º caso: Da corrupção por diminuição de letras ou sílabas:

“Outra corrupção foi por diminuição de letras ou sílabas, como de mare de que dizemos mar; de nodo, noo; de ala, aa; de sagitta, setta; de balista, beesta; de nudo, nuo ou nuu”, afirma Nunes do Lião (p. 222)”. Embora sem usar de termos técnicos até então desconhecidos, ele nos apresenta exemplos de apócope e síncope, todos corretos. Mantém ainda as formas intermediárias, inclusive letras dobradas. Quanto aos exemplos *nodo* > *noo* > *nuo* ou *nuu*, é curioso que Nunes do Lião não tenha partido, respectivamente, dos nominativos *nodus* e *nudus*. Na verdade, as formas *nodo* (de *nodu*) e *nudo* (de *nudu*) devem ter existido, mas dentro do latim vulgar. Com a queda normal do –*d*– intervocálico, criou-se o hiato –*úo*– com *u* tônico, de onde a assimilação –*úu*–, seguida de crase. A cadeia evolutiva foi, portanto, *nudu*(m) > *nudo* > *nuu* > *nu*, da qual, como se vê, Nunes do Lião não estava muito distante.

3º caso: Dos corruptos por acrescentamento de letras ou sílabas:

São os casos incluídos em nossas gramáticas históricas nos metaplasmos de aumento. Eis o ensinamento de Nunes do Lião:

A corrupção por acrescentamento de letras ou sílabas se faz ou no começo, como de umbra sombra; ou no meio de stella estrela, ou no fim, como em migalha de mica, agulha de acu, coração de cor, como também os latinos fizeram frigus de rigos e sylva de hyle. (p. 222)

Nunes do Lião dá corretamente as bases etimológicas: *umbra*, *stella*, *mica*, *acu* (já sem o –*m*– ou o –*s* finais!), *cor*, mas não dispunha ainda de elementos para explicar os “acrescentamentos”. Já a aumento em *coração* é mais difícil de explicar. O português *coração* e o espanhol *corazón* postulam na Península Ibérica um latim românico **coratione*. *Coratu* (por *cor*) encontra-se numa tábua execratória (Silva Neto, 1970, p. 264), de onde se teria formado por analogia **coratione*. Corominas-Pascual vêem em *corazón*, na origem, um aumentativo: o coração do homem valente e da mulher amante.

De estranhar é a aproximação que Nunes do Lião faz entre *frigus* e *rigos* e *silva* e *hyle*. Nem tanto, porém. *Hyle* e *rigos* são formas gregas (*hýle* e *rhígos*, respectivamente). *Hyle* significa “floresta” (a *hiléia amazônica*, de Humboldt) e *rhígos*, frio. Ernout-Meillet, nos verbetes *silua* e *frigus*, fazem essa aproximação. Duas vezes em *silua*: uma para dar a razão do *y* injustificado no latim *sylva* (ainda há muito em *Sylvestre* por aí) e outra, semântica – “sinônimo do grego *hýle*, do qual tomou em parte os sentidos”. Quanto a *rhígos*, declaram: “*frigus* parece ter no grego *rhígos* (...) um correspondente exato”. Como se vê, aproximações semânticas e até certo ponto históricas pertinentes, embora o processo etimológico procustiano, tal ao sabor da época, não tenha nenhum apoio na realidade dos fatos.

4º caso: Dos corruptos por troca e transmutação de huas letras em outras:

Temos aqui o que só três séculos mais tarde iria ser conhecido sob o nome de “leis fonéticas”. Em vez de tentar transmitir o pensamento do sapiente mestre

lusitano, o melhor é transcrever suas palavras:

A corrupção per troca de huas letras por outras é mui comum e compreende as mais das palavras, porque de ecclesia dizemos igreja, de desiderium desejo, de cupiditas cobiça Na qual maneira de corrupção há huas certas letras que quase sempre respondem a outras, como o ditongo au dos latinos, a que os portugueses respondem com o seu ou, como por audio ouço, por aurum ouro, por taurus touro, por laurus louro, por maurus mouro, por caulis couve e por paucus pouco. E por não gastarmos tempo da mesma maneira em todos os mais, tirando auris, per que dizemos orelha, e Agosto de Augusto, salvo quando for cognome de Emperadores, que diremos Augusto (porque nomes próprios nunca se variam), e autor e autoridade, e agouro e agourar de augurium, audiência, audácia, aumento austero, autentico, causa, caução cautela, naufrágio.

Até aqui podemos dizer que Nunes do Lião se ocupou com o vocalismo; agora ouçamos, em continuação, o consonantismo (p. 222-223):

*Da mesma maneira se mudam as letras em outras semelhantes, como é o l em r e o p em b, o t em d. Porque por obligar dizemos obrigar, por blandus brando, por supplere suprir, por simplex simprez e simpreza, por clarus craro, por gluten grude, por mespulum nespara, por auditus ouvido, por amatus amado e asi todos os participios acabados em tus. E assi se mudam muitas letras em outras afiis suas como fizeram os latinos nas palavras que usurparam dos gregos, que de my dixeram mus, de sys sus, de hyle sylva, como mais largo mostramos na nossa **Ortografia da lingua portuguesa**, por capra cabra, por capillus cabelo, por caput cabeça, por capistum cabresto, por aperio abrir, por apricus abrigado, por prunum brunho.*

Por certo Nunes do Lião ainda estava longe de conhecer o rigor do método etimológico inaugurado pelos neogramáticos; por isso derivar diretamente *cabeça* de *caput*. Mas as correspondências fonéticas que registrou estavam corretas. A passagem do ditongo latino *au* a *ou* em português, por exemplo, é exata, e os exemplos aduzidos o comprovam, mesmo o de *caulis* para *couve*, na verdade *couve* não procede diretamente de *caulis* e sim de uma forma popular **cole*, que permite em português a queda do –l– intervocálico. A evolução, portanto, deve ter sido: **cole* > **coe* > **coue* > **cove* > *couve*. Si non è vero...

No que tange ao consonantismo, Nunes do Lião percebeu claramente o fenômeno da sonorização da surda intervocálica (*p* > *b*, *t* > *d*), embora não tivesse podido formular a “lei fonética” correspondente. As formas atuais *claro* por *craro* e *simples* por *simprez* são relatinizações. *Capistum* por *capistrum* é lapso tipográfico; houve metátese do *r*. Evidentemente *abrigado* não vem de *apricus* “exposto ao sol”. No latim clássico não havia verbo correspondente, mas surgiu na baixa latinidade um depoente **apricari* (M.L. 560), que através de **apricare*, veio a dar em português e espanhol *abrigar*. De *abrigar* é que tivemos o participio passado *abrigado*. Mas a relação com *apricus*, apontada por Nunes do Lião, estava certa. Quanto a *brunho*, a origem é realmente o latim *prunum* “ameixa”, mas a palavra apresenta duas dificul-

dades fonéticas. A primeira é a passagem do pr – inicial a br –; a sonorização só se deve achar em posição intervocálica. Em segundo lugar, não a queda do – n – intervocálico, alteração própria da evolução latim-português, e sim a sua passagem para nh; daí a hipótese de um latim vulgar **pruneum*. Quanto a pr > br –, Corominas-Pascual admitem para o espanhol *bruno*, influência do homônimo *bruno*, adjetivo que significa ‘escuro’, por se tratar de *ameixa preta*. Em português a forma corrente é *abrunho*, onde a sonorização é de difícil explicação. Nunes, em sua **Gramática histórica** (1930, p. 89), procura explicar a mudança pela fonética sintática, explicação que Nascentes acolhe em seu **Dicionário etimológico**: a junção do artigo à palavra, tornando o grupo pr intervocálico, teria levado à sonorização do p. A. G. Cunha, **Dicionário etimológico Nova Fronteira**, situa *abrunho* no século XVI e a sonorização deve ter ocorrido por volta do século IV, ao passo que as formas o(s), a(s) do artigo definido são muito posteriores. Talvez a sonorização do grupo inicial pr (> br) tivesse mesmo ocorrido por analogia com *bruno* “escuro”, como supõem Corominas-Pascual, o que pressupõe uma origem em região fronteira luso-espanhola. Em relação a *nêspera* ou *nêspara*, como está no texto, a etimologia apresentada por Nunes do Lião, mais uma vez está correta; apenas a grafia *mespylum* deve ser com i e não com y, porque o termo grego que lhe serviu de modelo tem iota e não ípsilon. O que é estranho (e tinha de escapar à etimologia embrionária de Nunes do Lião) é a passagem da inicial m a n; todavia essa mudança já se teria dado no latim corrente, porque ocorre também em espanhol, francês e italiano, talvez devida a uma dissimulação de labiais (m-p > n-p). Chegou-nos, porém, por via culta, como testemunha o caráter proparoxítono do vocábulo, conservado graças à permanência da vogal postônica. Em referência aos grupos de oclusiva + l, Nunes do Lião não distingue entre posição inicial e posição medial. Demais, como no caso do pl –, como se sabe, a evolução pode ser para pr ou para ch, como em *placere* > *prazer*, *plorare* > *chorar*, as primeiras mais recentes ou semicultas, as demais mais antigas ou populares. Em posição interna, pl passa a lh (*scopulo* > *scoplu* > *escolho*) quando intervocálico, e a ch, se precedido de consoante (*implere* > *encher*). O grupo bl passa a br em qualquer posição: *blandu* > *brando*; *diabolu* > *diabro* (cfr. *diabrete*, *diabrura*).

5º caso: Corrupção per troca de letras pare outras não semelhantes:

Os exemplos de Nunes do Lião para esses casos de troca de “letras” (não é preciso dizer que ainda não se distinguia letra de fonema) não afins são os seguintes: *scapha*, esquite; *mimus*, momo; *locusta*, lagosta; *pustula*, bustela; *cumulare*, cogular.

Trata-se, como se vê, das chamadas “exceções” às leis fonéticas. Neste ponto, Nunes do Lião não foi muito feliz. Os étimos apontados para *esquite*, *momo* e *cogular* (coagular?) não são de aceitar. Nem *esquite* vem de *scapha*, nem *momo* de *mimus*, nem *co(a)gular* de *cumulare*.

Skapha, palavra grega, significa “barco”, e é no *esquite* que embarcamos para a última viagem. Mas os etimologistas não estão de acordo com Nunes do Lião. A palavra é de origem germânica (lombardo), de onde passou para o italiano *schifo* e

daí para outras línguas românicas. Quanto a *cogular*, que me parece ser o atual *coagular*, estranho que Nunes do Lião não tivesse recorrido à forma latina *coagulare* e fosse buscar um mais distante *cumulare*, de que temos a forma culta *cumular*. *Bustela* (ou *bostela*) provém realmente de *pustula* com troca de sufixo diminutivo, ou seja, **pustella*; igualmente *lagosta* provém de *locusta*. Cada uma dessas derivações etimológicas tem, porém, a sua dificuldade, em face das chamadas “leis fonéticas”: o b inicial por p, em *bustela* e o a por o na sílaba inicial de *lagosta*, razão por que Nunes do Lião falou em “letras não semelhantes”. Gaffiot, em seu *Dictionnaire illustré latin-français*, registra uma forma *bostar*, que recolheu não de texto, mas do *Corpus glossarium latinorum*, com o sentido de “curral de bois”. Daí poderia ter nascido *bosta* “excremento desse animal”. Podia, pois, ter havido influência de *bosta* sobre *pustella*, uma vez que *pustula* é um tumor. A ferida **pustella*, portanto, por cruzamento com *bosta*, poderia ter levado à forma *bostela*. Há outras tentativas de explicação. Quanto ao a de *lagosta*, deve remontar ao latim vulgar, pois ocorre no espanhol *langosta* e no francês antigo *laoste*. A dificuldade está em explicar a mudança desse o para a na forma oral do latim corrente. É possível mesmo que tivesse havido em latim duas variantes, *locusta* e *lacusta*, pois esta última forma se encontra num manuscrito de Plauto, embora de leitura duvidosa. Aventou-se também influência de *lacus*, por viver a lagosta embaixo d’água. Tudo isso justifica ainda hoje a estranheza de Nunes do Lião. Quanto a *momo* de *mimus*, merece um comentário à parte.

No moderno e atualizado *Diccionario crítico e etimológico castellano e hispánico* de Corominas-Pascual, quem procura *momo* é remetido para *mimo*, o que já é dar meia vitória a Nunes do Lião. Os autores rejeitam etimologias anteriormente propostas, a exemplo de *minimus* (Diez) e do latim *mimus* para *mimo* e grego *momos* para *momo* (Schuchardt). E concluem: “Sem desconsiderar a verossimilitude dessa etimologia [a de mimo], quero entretanto sublinhar o caráter fundamentalmente expressivo da palavra mimo”.

Na substanciosa comunicação que o sempre louvado mestre Eugênio Asensio apresentou ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, sob o título “De los momos cortesanos a los autos caballerescos de Gil Vicente” (*Anais*, 1958, p. 164), salienta o seu autor que “a palavra *momo* designa ao mesmo tempo o espetáculo e os atores que nele participam” (1958, p. 164). E, quando a *mimo*, qualquer bom dicionário latino diz que se trata de “farsa teatral”. Os momos eram representados nos grandes salões da corte, os atores se apresentavam mascarados e eram vividos por aristocratas, que faziam de rei a pajem. Asensio diz-no que o essencial eram as fantasias, a dança e a música, ou seja, movimento e gestos. Não estamos longe, portanto, da *mímica*, palavra derivada de *mimus*, espetáculo teatral em que a comunicação se faz por gestos e não por palavras.

Mimo procede realmente do latim *mimus*; *momo*, porém virá do grego *momos*? Eis o que é pouco provável. O grego *momos* significava “censura, zombaria”, o que afasta da significação românica de *momo* “farsa teatral”. Na comunicação

supracitada, Eugênio Asensio descreve o seguinte:

El Dicionario de Nebrija sugiere ciertas categorias de momos o enmascarados: el archimimus que traduce por momo principal, mimmulus o momo pequenõ. (No sé di al emparentar mimus com momus – etimologia ya dada por Alfonso de Cartagena⁹ – Nebrija no traspasó a Espana conceptos clásicos, pero las descripciones parecen confirmar estos distingos). (p. 164)

Também de D. Afonso de Cartagena transcreve N. D. Shergold, em sua *A history of the Spanish stage* (1967, p. 126), trecho (que também está na comunicação de Asensio), que assim termina: “E creo que no lo usarian si supiesen de qual vocablo latino descende esta palabra momo”. Certamente D. Afonso relacionava o latim *mimus* com o grego medieval *mimás*, que adquirira o sentido de “rameira, prostituta”.

Parece-nos incontestável a relação entre *mimo* e *momo*. E julgamos que a primeira é a mais antiga (a datação precisa ser revista (cuidadosamente)). Não que tivesse havido uma evolução fonética “regular” de *mimo* a *momo*; *mimo* teria sido o modelo expressivo para a criação de *momo*. Apenas a repetição da mesma consoante *m* fonossimbólica teria sido reforçada com a repetição da mesma vogal. Vale a pena aqui transcrever, para finalizar, estas renovadoras palavras de Corominas-Pascual, retiradas do seu **DCECH** e postas em português

Hoje, quando já perdemos a repugnância que nos tempos de Diez, e também de Schuchardt e M-L, se sentia por admitir o poder inventivo dos idiomas, não devemos vacilar em reconhecer na alternância vocálica min – mon um indício seguro de procedência fonossimbólica e, longe de ver aí os descendentes hereditários de palavras clássicas, reconheceremos a estas, na melhor hipótese, um papel auxiliar, sem esquecer que elas mesmas (no caso de mimos) tinham provavelmente o mesmo caráter e que a diferença de matiz entre mimo e momo mais fino aquele e mais grosseiro este, se deve precisamente à oposição entre o conteúdo evocativo das duas vogais.

Nunes do Lião não poderia ter encontrado melhores advogados.

6º caso: Corrupção per traspassação de letras de um lugar a outro.

Nos termos do mesmo autor

Traspassam-se as letras de um lugar a outro, como foi em fenestra, porque dizemos fresta, de capistrum cabresto, por feria feira, por vicario vigairo; e como em svlvester porque dizemos sylvestre, em niger negro, em pauper pabre, de zinziber gengivre.

Pode-se dizer que, com pequenos reajustes, todas as etimologias aqui apresentadas por Nunes do Lião foram ratificadas pela fonética histórica. Trata-se, em resumo, da nossa conhecida metátese.

⁹ Bispo de Burgos; morto em 1456.

De *fenestra/freesta, capistrum/cabresto, feria/feira*, nada que acrescentar. De *vicario* para *vigairo*, a metátese não se manteve no português moderno, portanto *vigário*.

Williams (1962, p. 33) observa que, se o grupo *ai* já vem formado do latim, o resultado em português é *ei*: *laicu > leigo*; mas, se a sua formação decorre da queda de uma consoante intervocálica não se dá a passagem *ai > ei*. Ex: *tales > taes > tais*, podemos acrescentar que *ai > ei* também se deu com a metátese na terminação *-ariu*, como em *primariu > primairo > primeiro*, o que mostra ser a metátese antiga. Note-se que no português do Brasil, houve, nesse caso e também antes de palatal, a redução do ditongo, tal como no espanhol: *primeiro > primero, beijo > bejo* (espanhol *primero, beso*). A forma atual *vigário* deve ser uma relatinização que nos chegou através do latim eclesiástico.

Em *niger* “negró” e *silvester* “silvestre”, não houve metátese, pois o ponto de partida do latim foram os acusativos *nigru(m)* e *silvestre(m)*.

O caso de *pobre* é um pouco mais complicado. A base é também o acusativo: *pauperem* do latim clássico. O ditongo latino *au* era pronunciado *o* no latim vulgar, a não ser que tivesse sobrido a dissimilação *au > a* (*augustu > agosto*). Era, aliás, *au > o* uma tendência muito viva na época, como se comprova com certas variações no próprio latim culto, como os nomes próprios *Claudius* e *Clodios*, e comuns, como *orata*, espécie de peixe, por *aurata*. Em português, porém, a evolução normal do ditongo *au* é para *ou*: *auru > ouro, paucu > pouco, raucu > rouco*, etc. Por conseguinte, *paupere > *poupre*, forma que nunca existiu. Demais o *p* medial não se sonorizou por não estar entre vogais e sim entre uma semivogal e uma vogal: *w-e* (cfr. *paucu > pouco, raucu > rouco* e não **pougo* e **rougo*). Há, pois, que admitir no latim vulgar uma forma hipotética **popere*, mas inevitável, como aliás, já fizeram Nunes e Menéndez Pidal. Como quer que seja, é de **popere* que temos de partir para chegar a *pobre*. *Pobre* ainda sofreu metátese regionalmente (Minho, por exemplo), de onde *prove* e *probe*. Afinal houve também metátese, mas não aquela que Nunes do Lião supôs.

5 Dois dedos de morfologia histórica

Duas pequenas seções do Cap. VII são ocupadas com temas de morfologia histórica: uma com “Corrupção per mudança de gênero” (A), outra com “Corrupção per mudança de número” (B).

Em (A), Nunes do Lião arrola os seguintes exemplos: *cor, flor*, masculino em latim, feminino em português. Como de gênero ambíguo dá *fim*, masculino e feminino: *este fim, esta fim*.

De fato, *cor*, (color), *flor* (*flos*) são masculinos em latim. As línguas românicas divergiram: *color*, espanhol, é masculino, *couleur*, francês, é feminino, *colore*, ita-

liano, é masculino. Em espanhol, *flor* é feminino, em francês, *fleur* é feminino, em italiano, *fiore* é masculino.

Tribo, *tribus* em latim, era feminino nesta língua, mas, no século XVI, já era sentido como masculino, porque passou a alinhar-se com o gênero de outros nomes terminados em o, cuja pronúncia, já então era quase como u. O atual gênero feminino se há de dever a uma reação das camadas cultas da população, onde a palavra era mais conhecida.

Nariz tem uma história mais difícil.

Em latim havia *nasus*, *i*, masculino, “nariz” e *naris*, *is*, feminino “narina”, às vezes também “nariz”, geralmente no plural, para indicar as ventas. *Nasus* encontra-se no italiano *naso*, masculino “nariz” (onde também existe *narici*, feminino plural, para indicar as narinas) e no francês *nez*, masculino. A base para o português e espanhol *nariz* (masculino em português e feminino em espanhol) é controversa. O ideal seria identificá-la com um hipotético **narix*, *naricis*, que poderia explicar um latim vulgar *narices*, apontado por Corominas-Pascual, no DCECH. Meyer-Lübke, porém, julga essa forma desnecessária, como nos adverte Nascentes em DELP I, e prefere partir de *naricae* “ventas”, o que Corominas-Pascual aceitam. A forma *nareces* ocorre no português arcaico. Deve ter havido, portanto, também **narices*, de onde *narizes* (Lus., III: L), do qual se deduziu o singular *nariz*.

Como se sabe, *árvore* provém do latim *arbor*, *oris*, nome feminino, gênero que se conservou em português. Houve, porém, um período em que aparece o gênero masculino, como o comprova a observação de Nunes do Lião. Em espanhol, francês, italiano e até em galego, predominou o gênero masculino. No português arcaico, o que se encontra normalmente é o gênero feminino. Creio, portanto, tendo em vista que, à época, Portugal estava sob a coroa espanhola, que *árvore*, nome do gênero masculino, é um espanholismo. Note-se por fim tratar-se de termo culto, pois o vocábulo é um proparoxítono, que não sofreu a queda regular da vogal postônica (cfr. o francês *arbre*).

Quanto a *fim*, já era ambíguo em latim e assim continuou durante algum tempo no português. De Fr. Heitor Pinto (séc. XVI), é conhecido este exemplo: “pequeno erro no princípio se faz grande na fim”. N’Os Lusíadas (também século XVI), *fim* é sempre masculino.

Em (B), os casos citados por Nunes do Lião são os já assinalados nas gramáticas históricas de passagem do neutro plural para o feminino singular, em razão de, com a perda do gênero neutro, os seus plurais, sempre em a no nominativo, vocativo e acusativo, terem sido tomados pelo povo como feminino singular da 1ª declinação, na qual todos os nomes em a são praticamente femininos. Foi o que se deu com *arma*. Mas há outros casos trazidos à colação por Nunes do Lião, como os de nomes que normalmente eram usados só no plural (*reliquiae*, *-arum*, *antemnae*, *-arum*, os chamados “pluraria tantum”), mas que entraram na língua como singulares, de onde os plurais *reliquias*, *antenas*). *Escada*, também citado por Nunes do Lião, não

provém de *scalae*, *-arum* “degraus de uma escada, a própria escada” e sim de um derivado *scalata*, como o comprova o arcaico *escaada*. Para o espanhol *escalera* e francês *escalier*, o étimo é o plural *scalaria*, de *scalarium*. O italiano conservou a forma *scala*.

Quanto a *goma*, Nunes do Lião faz a palavra remontar ao neutro latino *gumi*. De fato Gaffiot registra *cummi/gummi* como neutro indeclinável. A palavra veio ao latim do grego *kúmmi*, de onde o *cummi* latino, depois *gummi*. Para esse estranho *gummi*, neutro indeclinável, alguns etimologistas tiveram de recorrer a um ancestral egípcio... *Gummi* revestiu a forma *gumma* no baixo latim, que serviu de base para a sua penetração nas línguas românicas.

Nunes do Lião dá como formas portuguesas os plurais *grades* e *grelhas*, palavras que os latinos empregariam no singular. À primeira atribui o étimo *clatra*, *-orum*, que, afirma, “os latinos dizem singularmente”, o que é muito de estranhar: o primeiro porque o étimo de *grade* não é visivelmente *clatra* “grades” e sim *cratis* (ac. *cratem*), o que a fonética histórica explica satisfatoriamente. E, no tocante a *grelha*, o étimo de Nunes do Lião está correto, *craticula*, diminutivo de *cratis*, mas no singular. Nascentes, no seu **Dicionário etimológico resumido**, dá até a seguinte cadeia evolutiva: *craticula* > **craticla* > **gradelha* > **greelha* e, finalmente, *grelha*. Contudo, na língua atual, essas duas palavras têm singular e plural e não apenas plural, como ensina Nunes do Lião.

Como se vê, era forte a vocação filológica de Nunes do Lião. Muito mais acertou do que errou, numa época em que tais estudos balbuciavam e só viriam a adquirir madurez no século XIX. A parte léxico-semântica fica para outra oportunidade.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à montrer que Duarte Nunes do Lião doit être considéré le premier philologue portugais, car il a été le premier auteur qui a développé des études diachroniques sur notre langue. En analysant son oeuvre **Origem de lingoa portugueza** (1606), nous présentons ici l'organisation structurale adoptée par l'auteur et nous mettons en relief ses idées fondamentales sur l'évolution phonétique et morphologique de la langue portugaise.

Referências bibliográficas

- ASENSIO, Eugênio. De los momos cortesanos a los autos caballerescos de Gil Vicente. CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, Rio de Janeiro, 1958. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC, 1958.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A gramática da língua portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Ortografia e origem da língua portuguesa de Duarte Nunes do Lião*. LISBOA: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição comentada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- COROMINAS, J. e PASCUAL, J. A. *Diccionario critico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980-1991. 6v.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette, 1934.
- HIGOUNET, Charles. *L'écriture*. Paris: PUF, 1964. (Que sais-je?)
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, s. d.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário e timológico da língua portuguesa I*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa II*. (Nomes Próprios). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.
- SHERGOLD, N. D. *A history of the Spanish stage*. Oxford: Claredon Press, 1967.
- SILVA, Maximiano de Carvalho. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à Crítica Textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1984.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 9. ed., comemorativa do centenário do nascimento do autor, com estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Presença, 1983.
- VASCONCELOS, Leite de. *Opúsculos II* (Filologia). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- WILLIAMS, Edwin B. *From Latin to Portuguese*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1962.